

# Memória, Economia e Sociedade: um estudo sobre o extrativismo florestal na Comarca de Ilhéus (Bahia, Brasil) no Século XVIII

*Madson Mendes dos Santos Mendes*

Faculdade Santo Agostinho  
Vitória da Conquista - Bahia - Brasil  
madson\_mendes@hotmail.com

*Kézia Louzada Boa-Sorte Louzada*

Secretaria de Educação do Estado da Bahia  
Vitória da Conquista - Bahia - Brasil  
keziaboasorte@hotmail.com

---

**Resumo:** Neste artigo procuraremos estudar como se realizou o processo de exploração da floresta na comarca de Ilhéus no século XVIII e sua participação na base da economia colonial. As fontes de pesquisa são Memórias, Notícias e Ofícios escritos por pessoas que estiveram diretamente vinculadas à exploração madeireira. Esses documentos compõem parte do acervo do Projeto Resgate da Biblioteca Nacional do Brasil. Relatam as relações comerciais, a administração e a hierarquização dos cortes reais de madeira inseridos no espaço em foco. Compreende-se que a ação do homem interferiu na transformação dos espaços naturais, que, por sua vez, agiram inversamente, interferindo nas questões econômicas e sociais da comarca de Ilhéus.

**Palavras-chave:** Memória. Floresta. Ilhéus.

---

## Introdução

Para se pensar na natureza por um viés científico, foram precisos passos mais ousados que pudessem reconstruir os caminhos percorridos entre o homem e o meio ambiente. Segundo Woster (1991, p. 199-201), a década de 1970 marcou o surgimento do conceito de História Ambiental, assinalado pelas conferências que ocorreram entre vários países sobre a crise global do meio ambiente e pelos movimentos ambientalistas, que repercutiam entre os cidadãos de várias partes do mundo. A história ambiental seria, portanto, um esforço revisionista para tornar a disciplina de História muito mais inclusiva,

nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num

empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (WOSTER, 1991, p. 198).

A perspectiva desses estudos estaria pautada na ideia de que a experiência humana não se desenvolveu sem as restrições naturais. Foram os recursos naturais os responsáveis por determinar o fluxo de ocupação de uma região, tanto pelo interesse na presença quanto pelo desinteresse na falta. Assim sendo, foi e é o meio ambiente, devido à sua estreita relação com o homem, passível de proporcionar um material salutar para o campo da historiografia. É desse ponto que se pode, também, partir para uma análise mais próxima sobre o passado, a economia e a sociedade constituídas no Brasil durante o período colonial.

Ao se estudar a antiga região pertencente à comarca de Ilhéus do final do século XVIII, pode-se compreender os fatores que conduziram a floresta para uma degradação quase por completo alcançada ao longo dos anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<sup>1</sup> com dados relativos a 2017, a região da Mata Atlântica foi a área que mais sofreu com a predação florestal desde o modelo colonizador, sendo que, contabilizados 517 anos da presença europeia na costa brasileira, apenas 7% da floresta original ainda se encontra preservada.

Esses números podem ser explicados pelo fato de a exploração madeireira nessa região ter sido ativa desde os primeiros anos do século XVI, com a extração de pau-brasil. Essa atividade inicial, ocorrida a partir das feitorias de madeiras, foi designada por Lapa (2000, p. 38) como “simples pontos de escala”. Nos séculos seguintes, com a inserção de particulares nas atividades extrativistas e com o aumento da demanda em Portugal, foi necessária a instalação de um sistema produtivo mais complexo. A partir do século XVIII, ocorreu na região pertencente a Ilhéus uma oficialização das atividades florestais, com a introdução de um grande número de funcionários ligados à Coroa portuguesa. Foram Ouvidores, Inspetores, Desembargadores, Juizes de Conservação das Matas – como Baltasar da Silva Lisboa<sup>2</sup> –, dentre outros responsáveis pela escrita de

---

<sup>1</sup> Sobre a perspectiva do desmatamento das florestas brasileiras ver: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/biomas.html>. Acesso em: 25/01/2017

<sup>2</sup> Baltasar da Silva Lisboa foi funcionário da Coroa portuguesa, assumindo cargos de Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, em 1797. Em nossa análise, apresenta-se como grande memorialista. Domingos Alves Branco Muniz Barreto atuou como militar e ocupou o posto de Capitão-Mor na Bahia. Teve grande papel como escritor e viajante por diversas áreas da Colônia. As fontes fornecidas por eles apresentam um retrato da sociedade baseada no extrativismo florestal, suas atividades e o desenvolvimento dessa região em torno do comércio da madeira.

memórias, ofícios e notícias remetidos à Corte em Portugal. É desse ponto que se assenta a base documental utilizada para o proposto estudo.

O processo de fundação da Capitania de Ilhéus ocorreu em 1534, ano em que foi doada a Jorge de Figueiredo Corrêa. As cinquenta léguas – um pouco mais de 300 km – da Capitania faziam fronteira territorial com a Capitania de Porto Seguro, doada a Pero do Campo Tourinho e, com a Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho (ABREU, 1988, p. 79-83).<sup>3</sup> A capitania deixou de existir em 1761, quando foi incorporada à Capitania Real da Bahia, dando lugar à Comarca e mantendo os mesmos limites territoriais até meados do século XIX.

A economia das populações durante o período colonial foi baseada no extrativismo de madeiras e no beneficiamento ou semi-beneficiamento desses recursos florestais. A produção de madeiras e peças semi-beneficiadas para a construção naval foi, durante o século XVIII, diretamente explorada pela Coroa portuguesa, o que garantiu um fluxo de receitas da Fazenda Real para as atividades extrativistas por um período de mais de cem anos (1715-1822). A exploração oficial de recursos madeireiros exigiu a presença de funcionários da Coroa portuguesa e de uma burocracia que proporcionou um rico fundo documental, sobretudo a partir da década de oitenta do século XVIII, de grande potencial para a história ambiental.

Parte-se da hipótese de que a floresta, a qual por muitas vezes foi vista como um empecilho ao processo de desenvolvimento da colonização (PRADO JR., 1994, p. 237); (PARAÍSO e FREITAS, 2001, p. 21), ter-se-ia, na verdade, configurado, para aquela região, como um importante meio de sobrevivência e de desenvolvimento econômico, envolvendo nas diversas etapas da exploração madeireira um contingente significativo da sua população. Nesse ponto, entende-se que a ocupação de áreas de potencial florestal, longe de ter provocado o isolamento de sua população, possibilitou a conexão comercial entre a região de Ilhéus e as diversas partes da Colônia e do mundo.

### **Floresta, extrativismo e conexões comerciais**

A devastação florestal pode ser explicada a partir dos primeiros contatos que o colonizador estabeleceu com a América. Uma das primeiras medidas tomadas no Brasil,

---

<sup>3</sup> Jorge de Figueiredo Corrêa e Francisco Pereira Coutinho foram fidalgos da Casa Real de Portugal e referidos como tal em cartas de doação. Pero do Campo Tourinho, ao que se sabe, navegou em diversas expedições da Coroa portuguesa. Os três receberam títulos de capitães-donatários e fizeram parte da primeira divisão de terras do Brasil, em 1534, as quais deram origem às Capitanias Hereditárias.

no dia 22 de abril de 1500, foi derrubar uma árvore e confeccionar o símbolo da salvação daquele povo a ser conquistado, ou seja, uma cruz (DEAN, 1996, p. 59). Esse acontecimento marcou o início da estreita relação estabelecida entre os portugueses e a floresta brasileira. Em meio a preocupação que se tinha sobre as possíveis riquezas que poderiam ser encontradas, como ouro e prata, Pero Vaz de Caminha, autor da primeira impressão escrita sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, relatou ao rei de Portugal D. Manuel sobre a densidade das matas.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos (...). Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.<sup>4</sup>

A floresta brasileira se tornaria, nos anos seguintes, peça fundamental para Portugal, a partir da exploração do pau-brasil, no século XVI. Ainda no século XVI, já se fazia conveniente a instalação de povoações próximas a áreas com boa amplitude florestal, algo que se explica muito bem pela principal matéria-prima utilizada nas construções de casas, engenhos, carroças, etc..

O Pará ou Rio das Amazonas (...). Tem de boca mais de oitenta léguas, e no recôncavo dêste seio de tanta larguesa há inumeráveis ilhas, umas grandes e outras pequenas, abastecidas de muitos arvoredos, com sítios excelentíssimos para se poderem fazer nelas grandes povoações (BRANDÃO, 2005, p. 26).

A simpatia pelas florestas americanas tem sua explicação tanto pela carência de amplas reservas florestais já verificados no século XV, no Velho Mundo, quanto pela diversidade e densidade dos arvoredos encontrados no Novo Mundo. Isso fez, por exemplo, com que não fossem apenas os portugueses os únicos da Europa a buscarem as riquezas florestais encontradas no continente americano. Os espanhóis, responsáveis pela colonização de diversas áreas americanas, tanto na parte Sul, como, também, na América Central, desenvolveram entre os séculos XVII e XVIII, principalmente em Havana, uma intensa indústria naval, amparada na existência de grandes reservas florestais.

Se a Espanha não tinha a capacidade industrial para fabricar a totalidade dos barcos de Carreira, nos portos americanos do Caribe e mais particularmente em Havana, foi desenvolvido uma indústria naval, especialmente durante o

---

<sup>4</sup> A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). (p. 1 e 14). Acesso em 01/11/2013.

século XVII e XVIII, de forma que Havana tornou-se o principal arsenal no solo da América senão de todo o império (TACHOT, 2002, p. 83).<sup>5</sup>

A análise feita por Tachot (2002) sobre a indústria florestal instalada na América Espanhola demonstrou que a extração madeireira e, conseqüentemente, a produção naval na América cooperaram de forma significativa para o aumento da navegação entre a metrópole e a colônia, nesse caso, entre a Espanha e suas colônias. Para o Brasil, a produção madeireira intensificou-se ao longo do período colonial a partir das operações realizadas na costa do Atlântico. Nessa região, a divisão do litoral em capitânias garantiu o controle e a ocupação inicial dos colonizadores sobre essas áreas de reservas florestais. Dentre essas capitânias, a da Bahia se destacou por sua indústria de construção naval e pela existência, especialmente, de um estaleiro utilizado para promover reparos e construções de embarcações (PRADO Jr., 1994, p. 37 e 217). Embora instalado em Salvador, o estaleiro era abastecido por áreas diversas de produção de madeiras, destacando-se o Recôncavo baiano e a região pertencente a comarca de Ilhéus.

Durante o período colonial, a produção madeireira assumiu um importante papel, sobretudo, em virtude da sua aplicabilidade na construção de embarcações. A construção naval brasileira, por sinal, não pode ser vista como um subproduto da economia colonial, pois torna-se impossível separá-la de qualquer gênero de exportação, visto que a produção sem circulação não teria valor (CABRAL, 2014, p. 160). Agrega-se a isso a utilização das madeiras brasileiras para a reconstrução de Lisboa, assolada por um terrível terremoto, em 1755, na feitura do paço da ribeira lisboeta<sup>6</sup> e, até mesmo, para uma certa revolução técnica – influenciada pelo ideal Iluminista – realizada em Portugal, implicando na transformação da construção mobiliária e imobiliária (LAPA, 2000, p. 26). Baltasar da Silva Lisboa, então Desembargador e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, no ano de 1803, afirmou que a madeira dessa região proporcionava larga vantagem para Portugal: por um lado, resolvia problemas no campo da construção naval da Colônia; por outro, concedia a assistência necessária para solucionar os problemas de infraestrutura da metrópole.<sup>7</sup> Dessa forma, serviam

---

<sup>5</sup> Tradução nossa, do original: "Si España no tenía la capacidad industrial para fabricar la totalidad de los barcos de la Carrera, en los puertos americanos del Caribe y más particularmente en la Habana se desarrolló una industria naval, sobre todo durante el siglo XVII y XVIII, de forma que la Habana se convirtió en el principal arsenal no sólo de América sino de todo el império" (TACHOT, 2002, p. 83).

<sup>6</sup> Palácio Real e residência oficial dos monarcas durante cerca de 250 anos. Possuía grande riqueza cultural, a qual foi amplamente destruída.

<sup>7</sup> Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... Por Baltasar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24) (p. 11). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

tanto para o arsenal Real da Marinha, como para as Fragatas que se construirão nesta cidade, e para a obra do Paço: Sendo este [frequentes] as pedidas da Corte para [simaes] necessarias se mandou informar a este Exm<sup>o</sup> Gov.or, pelo officio L<sup>o</sup> 72 de 14 de novembro de 1798, sobre o estado em que se achavão as Matas desta Capitania.<sup>8</sup>

Espécies florestais como Vinhático, Sucupira, Angelim, Massaranduba, Carvalho, Jatobá, Cedro, Ipê e Jequitibá – devido à grande exploração, muitas sofrem a possibilidade de extinção – foram alguns dos arvoredos explorados.<sup>9</sup> Nas relações comerciais domésticas, a região de Ilhéus manteve-se, ao longo de suas atividades extrativistas, conectada a outras áreas como Espírito Santo, Porto Seguro, Sergipe, Pernambuco e Alagoas.<sup>10</sup> As madeiras extraídas nessas regiões, incluído as de Ilhéus, tinham como principal objetivo, quase sempre, atender as demandas do estaleiro de Salvador e de envio para Portugal.

A exploração dos recursos florestais promoveu, também, no espaço em que habitou a antiga comarca de Ilhéus, contatos entre o litoral e o interior do continente pelos rios, já que a prática mais comum da atividade madeireira era o corte de árvores em áreas em que se podiam chegar de barco para a realização do transporte, sendo os principais rios, para isso, o Jequiriçá, o de Contas e o Jequitinhonha. Além disso, o arrasto de madeiras, feito a partir da abertura de estradas para o escoamento da produção em regiões não navegáveis, favoreceu a ligação entre pontos da região de Ilhéus. Em torno desses cortes, surgiram alguns povoados, como os de Maricoabo, Taperoá, Mapendipe, Una, Jequié – atualmente localizado no município de Nilo Peçanha –, Igrapiúna, dentre outros, que, devido as atividades econômicas de uso da madeira, estabeleceu uma articulação comercial entre aquelas populações.<sup>11</sup> O mapa 1 apresenta de forma detalhada as regiões inseridas na atividade extrativista ao longo do século XVIII em Ilhéus.

---

<sup>8</sup> Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus... (p. 13).

<sup>9</sup> Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (atribuo a autoria a Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável 1800). Ms 512 (47, doc. 2). (p. 78). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

<sup>10</sup> Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus... (p. 54 e 56).

<sup>11</sup> Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus... (p. 14).



Figura 1: Áreas de atividade extrativista na comarca de Ilhéus (século XVIII). Fonte: CEDOC/UESC<sup>12</sup>.

Frente ao mercado interno, que absorvia boa parte da produção madeireira, verificavam-se as inúmeras exportações para além do reino. Há informações sobre a existência, no início do século XIX, de alguns fluxos mercantis coloniais de distintas mercadorias, algo que permitiu conexões de longa distância entre África, Oriente e América (ANTUNES, 2001, p. 381). Para o Brasil, o século XVII já sinalizava um grande fluxo de comércio de madeiras rumo a Angola (LAPA, 2000, p. 26).

Segundo Lapa (2000, p. 56-57), casos como os de Luanda, Goa, Espanha e Algarves representaram para o mercado externo caminhos distintos do habitual que era feito para Lisboa. Essa integração de regiões demonstrou também que as conexões

<sup>12</sup> O mapa apresentado foi desenvolvido no Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC/UESC, em 2009. Foram utilizadas como referência para a sua elaboração as memórias documentais as quais fundamentam este trabalho. Contou com a colaboração do professor/doutor Marcelo Henrique Dias e do então geógrafo Cristiano Marcelo Souza, responsável por projetar o mapa em Arc GIS.

comerciais entre a América e os circuitos mundiais promoveu, além do alargamento de novas rotas e caminhos, as quais ultrapassaram os limites da própria circulação de metais e pedras preciosas – madeiras e gêneros agrícolas –, o estabelecimento do ir e vir de técnicas, instrumentos e máquinas, bem como o próprio desenvolvimento do entrelaçamento cultural (IVO, 2012, p. 239-240).

A análise documental demonstrou a existência de um dinamismo e de uma comunicação de circuitos comerciais, que reafirmaram que a sociedade desenvolvida no âmbito do extrativismo madeireiro colonial passou longe de ser apenas uma simples fornecedora de matéria-prima para Portugal. Todavia, obteve nas relações comerciais, tanto com o próprio circuito doméstico quanto com outras áreas do mundo, um significativo desenvolvimento da economia das regiões oriundas das atividades florestais, fato que, para Ilhéus, foi potencializado pelos recursos investidos pela Coroa portuguesa na contratação de trabalhadores, fretes e despesas em geral com a administração.<sup>13</sup> Percebe-se, a partir disso, uma grande possibilidade de constituição de um ambiente agradável para a retenção de um excedente financeiro no âmbito colonial.

### **Extrativismo, sociedade e economia colonial**

Em um dos estudos sobre a economia colonial, Freyre (1998, p. 17) ressalta que o colonizador português foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização da pura e simples extração de riqueza, mineral, vegetal ou animal, como o ouro, a prata, a madeira, etc., para a criação local de riqueza.

A exploração de madeiras em Ilhéus articulou-se não apenas com o comércio do ultramar, todavia difundiu-se e desenvolveu-se amplamente a partir do próprio comércio colonial. Para Fragoso (1998, p. 27), a atividade econômica desenvolvida no cenário brasileiro, dita acumulação *endógena*, partiu do movimento que ocorreu na colônia no tempo das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ter se concretizado em todas as suas etapas no próprio espaço colonial, possibilitou a retenção de seu excedente econômico no território brasileiro.

Compreende-se que a complexidade das atividades econômicas coloniais pode ser percebida a partir da habilidade de produzir receitas derivadas do abastecimento interno,

---

<sup>13</sup> No texto “*Memória sobre os cortes de madeira de construção...*” são apresentadas, em seu apêndice, diversas informações sobre pagamentos de funcionários com valores específicos para cada função, desempenhada tanto no caráter administrativo quanto nas atividades de produção. Além disso, apresenta ainda um demonstrativo da produção e do custo de um navio de guerra, em 1800.

mesmo que isso envolva períodos de queda nos preços internacionais ou de baixa na produção agrário-exportadora. São desses fenômenos que se notam as acumulações endógenas no espaço colonial (FRAGOSO, 1998, p. 23).

Apesar da existência de uma economia extrativista voltada para as relações com a indústria de produção naval da marinha de guerra e mercantil de Portugal, ocorria na colônia a instalação de serrarias e estaleiros para beneficiamento da madeira, reparo e construção de embarcações utilizadas na guarda do litoral e na cabotagem. Não raro, de Ilhéus, eram enviadas peças beneficiadas para as atividades navais desenvolvidas na ribeira de Salvador. Segundo Dias (2010, p. 197), de Ilhéus, saíram cavernames, chanfrões, remos, tabuados para cascos, couçoeiras, mastros, suporte de mastros, quilhas, talões de quilha, vãos, coices de popa e proa, mastaréus, curvas, liames, pés de carneiro, barras de cabrestante, dentre outras peças que serviriam para construção de embarcações de médio e de grande porte, as quais seriam montadas na Capitania da Bahia.

Diferentemente de outras áreas da costa do Atlântico, compostas por uma economia extrativista desenvolvida por particulares, nas atividades florestais oriundas da Comarca de Ilhéus, ao longo do século XVIII, prevaleceu um modelo de exploração por vias oficiais, a partir da implantação dos Cortes Reais de madeiras e da abertura de uma Feitoria em Cairu, em 1716 (DIAS, 2010, p. 198). Isso orientou uma série de transformações sentidas no contexto econômico, social e político daquela sociedade.

Do ponto de vista econômico, percebeu-se uma maior monetarização da região no século XVIII, uma vez que os cortes de madeiras sistemáticos incluíam diversas pessoas nas atividades florestais, notadas desde cargos como o de Juiz Conservador das Matas, até a de um simples estradeiro. A economia florestal aqui não se dissociou do cenário social e político, pois, em muitos casos, a formação de núcleos populacionais ocorreu da necessidade de instalar-se próximo aos rios navegáveis,<sup>14</sup> já que os cortes de madeiras naval eram regulares, diferentemente de como ocorria a extração de pau-brasil. Esses núcleos, formados às margens dos rios, tiveram por anos, como principal fonte de renda, o extrativismo florestal. Com o grande volume de produção de madeiras e, ao mesmo tempo, sua escassez, fez-se necessária a criação de regimentos por parte da Coroa portuguesa, como o Plano de Conservação das Matas, de 1797,<sup>15</sup> para impedir o mau uso da floresta e o fim dos recursos de utilização Real.

---

<sup>14</sup> Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus... (p. 14).

<sup>15</sup> Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. Originais e cópias, 70 f. Ms 512 (47, doc. 08) (CD-BN). (p. 6). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

Pode-se afirmar que algumas das povoações e vilas mais bem-sucedidas da Comarca de Ilhéus foram provenientes das operações extrativistas florestais. Regiões como Valença, Nova Boipeba, povoação de Jequié - atualmente localizado no município de Nilo Peçanha - e Igrapiúna se destacaram pelo extrativismo comercial.<sup>16</sup> Lapa (2000) sugeriu que o surgimento de povoações ligadas ao uso da floresta, pelos capitais que movimentou, a partir dos recursos advindos da Coroa portuguesa, originou outras atividades econômicas na região, em especial, na vila de Cairu.

Foi também de muita conveniência a Cairu a exportação do café, os cortes de madeira, porém derão huma summa vantagem à sua agricultura, pois que entrarão a empregar nos córtes seus escravos, a comprar bois para os arrastos, os dinheiros que entrarão de S. M. para pagamentos dos serviços dos córtes lhes facilitarão os meios de adquirir e lhes gragearão huma superioridade de agricultura, de commercio e de riquezas às outras vilas, como testificação os mapas de exportação (LAPA, 2000, p. 30).<sup>17</sup>

Apesar de referendar em seu texto, Lapa adverte sobre sua documentação, pois ela poderia não passar de um simples discurso administrativo, algo muito comum para a época. Porém a seleção documental levantada para este trabalho também conduz o pensamento de que a atividade extrativista teve significativo valor para uma importante parcela da sociedade criada em torno dela. Não foi apenas a agricultura de abastecimento e o comércio, tampouco as juntas de bois ou a mão-de-obra escrava que era alugada que incrementou a economia da região da Comarca de Ilhéus, todavia a estrutura econômica dessa região se estabeleceu de forma muito mais complexa.

Além das atividades já citadas, existiu em Ilhéus outras formas de retenção de capitais. Encontraram espaço, também, as atividades remuneradas que incluíram a mão-de-obra livre. Eram administradores dos cortes, mestres, fabricantes, carpinteiros, serralheiros, donos de embarcações e seus fretes, condutores, estradeiros, almoxarifes, comerciantes de madeiras, dentre outros, que movimentaram os recursos oficiais provenientes da Fazenda Real.<sup>18</sup>

Entende-se que, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, algumas das povoações e vilas mais bem-sucedidas da então comarca de Ilhéus eram provenientes das operações extrativistas florestais ocorridas no circuito comercial desenvolvido pelos

---

<sup>16</sup> As informações sobre regiões oriundas dos cortes de madeiras foram retiradas do corpo dos textos: *Memória sobre os cortes...*, *Ofício ao Desembargador dos Reais Cortes...* e *Notícias da viagem...* Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

<sup>17</sup> O documento que Amaral Lapa cita em sua obra é: "Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus, datado de 20/3/1799. In *Anais BN Rio*, vol., 36, pág. 102". Texto que provavelmente pertence a Baltasar da Silva Lisboa.

<sup>18</sup> *Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus...* (p. 31-33).

Cortes Reais de madeiras. Francisco Nunes da Costa, Inspetor dos Cortes Reais de madeiras da comarca de Ilhéus, no ano de 1789, escreveu:

Há mais de tres anos que está a Fazenda Real pagando importantísimos fretes de todas as madeiras, que se tem conduzido, extrahido dos Reais-Cortes para as Remessas de Lisboa, e para as Fragatas construídas neste Arsenal frêtes, cuja importancia he avultadissima, por serem ordinária-mente regulados pela terça parte do valôr das peças conduzidas, e cujo producto tem feito a grande utilidade; e posso segura-mente dizer, a riqueza dalguns Mestres, que nas suas Lanxas, razas, veleiros, armados á Latina, e pouco dispendiozas, fazem o transporte para esta cidade.<sup>19</sup>

Além do suprimento de madeiras para as diversas partes do Império português ou das remessas feitas para Salvador e outras regiões da Colônia e do mundo, ocorreu em Ilhéus um sistema de beneficiamento de madeiras a partir da produção de peças para embarcações, bem como a realização do desdobramento de toras de madeiras em pranchas para facilitar o transporte. Essas atividades possibilitaram nos rios Una e Jequié, mais ao Norte e, nos rios Patipe e das Contas, mais ao Sul, a instalação de serrarias e estaleiros, que, para além da atividade principal, a do estaleiro existente em Salvador, puderam também atuar em uma rentável indústria naval de construção de embarcações de médio e até grande porte.<sup>20</sup>

A efeito de comparativo entre essa indústria naval estabelecida em diferentes regiões do Brasil e a entrada de alimentos na colônia pela praça mercantil do Rio de Janeiro, por volta do ano de 1800, pôde-se identificar que o comércio de trigo teve um valor anual de 61:856\$824 (FRAGOSO, 1998, p.163). No mesmo ano, obtém-se o valor da construção de uma embarcação de guerra, produzida no estaleiro de Salvador, estipulado em aproximadamente 6:583\$200.<sup>21</sup> Segundo informações de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, em finais do século XVIII, o estaleiro de Salvador já possuía capacidade para construção de vinte naus de linha ao mesmo tempo.<sup>22</sup>

Segundo Schwartz (1998, p. 78), em um levantamento realizado no ano de 1775, foi verificada a existência de 2148 embarcações de vários tipos, que navegavam em águas baianas. Ele ainda demonstrou que, após uma intensa devastação de áreas florestais do Recôncavo baiano, principalmente em decorrência da queimada da floresta para a

---

<sup>19</sup> Proposta do inspetor dos Reais Cortes de Madeira Francisco Nunes da Costa, para Melhoria e maiós Lucro no transporte de madeiras. Bahia 19 de outubro de 1789. 2 docs. Originais e cópias, 4f. ms 512 (34, doc. 2) (pastas 06 e 37) (CD-BN) (p. 2). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

<sup>20</sup> Memória sobre os cortes de madeiras de construção... (p. 34).

<sup>21</sup> Apendice com várias tabelas que se junta ao texto da Memória sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia. Nº 5. (p. 69). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

<sup>22</sup> Memória sobre os cortes de madeiras de construção (p. 2)..

realização da agricultura, a região de Ilhéus se tornou a principal área fornecedora de madeira e de lenha para a ribeira de Salvador.

Essas atividades extrativistas, ao longo do curso produtivo, por seu grande fluxo de receitas derivadas da Fazenda Real, possibilitaram a circulação de capitais suficientes para erguer e manter diversas populações, as quais foram inseridas de forma direta ou indireta no cenário econômico. Dessa forma, a floresta ilheense exerceu papel contundente para a indústria naval brasileira ao ponto que, por muitas vezes, seu uso indiscriminado por parte de agricultores e particulares foi combatido com a criação daquelas que seriam algumas das primeiras leis de caráter ambiental do Brasil. Personagens como Baltasar da Silva Lisboa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e Francisco Nunes da Costa alimentaram, naquela sociedade, o discurso conservacionista e, ao mesmo tempo, de potencialidade econômica que as matas da região ainda poderiam exercer em finais do século XVIII para a Coroa portuguesa e, automaticamente, para a própria população local.<sup>23</sup>

### Considerações finais

A atividade madeireira na Comarca de Ilhéus, durante o século XVIII, representou para a Coroa portuguesa o suprimento das mais distintas necessidades da época. Para a região em destaque, a exploração madeireira nos Cortes Reais possibilitou a circulação de receitas oficiais que beneficiaram os inúmeros participantes daquela atividade. Esse suporte financeiro não se configurou apenas como um dos principais vetores de renda de algumas das comunidades da região. Todavia promoveu o surgimento e manutenção de alguns povoados e vilas da comarca de Ilhéus, os quais atuaram em uma estrutura econômica capaz de se desenvolver para além dos vínculos comerciais estabelecidos com Portugal, orientando também para um comércio de caráter local, com regiões costeiras que compreendiam desde o Pernambuco até o Espírito Santo.

Para esta análise da América portuguesa, a documentação apresentada contribuiu para a reflexão sobre a existência e a efetiva participação de diversos personagens do âmbito local nas atividades extrativistas. Dentre os diversos envolvidos, destacam-se senhores de engenho e de escravos, pequenos agricultores, colonos despossuídos que assumiam papéis de fabricantes, carpinteiros, serradores, falquejadores, estradeiros,

---

<sup>23</sup> As informações retiradas do corpo dos textos: *Memória sobre os cortes...*, *Ofício ao Desembargador dos Reais Cortes...* e *Notícias da viagem...* Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.

carroceiros, como também os inúmeros ocupantes de cargos administrativos. As atividades madeireiras na comarca de Ilhéus, além de moldar a paisagem, orientando para o povoamento de áreas ricas em determinadas espécies e favoráveis ao escoamento pelas vias fluviais, envolveu diferentes seguimentos daquela sociedade no âmbito econômico, favorecendo a geração de renda na economia local e a retenção de seu excedente.

---

#### MEMORY, ECONOMY AND SOCIETY: A STUDY ON FORESTRY EXTRATIVISM IN THE ILHÉUS REGION - EIGHTEENTH CENTURY

**Abstract:** It is studied how the process of exploration of the forest in the region of Ilhéus in the XVIII century was realized and its participation in the base of the colonial economy. The sources of research are Memoirs, News and Offices written by people who have been directly linked to logging. These documents compose part of the collection of the Rescue Project of the National Library of Brazil. They report the commercial relations, the administration and the hierarchy of the Real Cortes of wood inserted in the space in focus. It is understood that the action of man interfered in the transformation of natural spaces, which, in turn, acted inversely, interfering in the economic and social issues of the Ilhéus region.

**Keywords:** Memory. Forest. Ilhéus.

---

#### Referências

##### Fontes

- *Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. Originais e cópias, 70 f. Ms 512 (47, doc. 08) (CD-BN) (memória). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.*
- *Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803. Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.*
- *Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus. (autoria atribuída a Domingos Alves Branco Muniz Barreto; ano provável 1800). Rio de Janeiro, BN, Ms 512(47, doc. 2) (CD-BN). E "Apendice com várias tabelas que se ajuntam ao texto da Memória sobre os Cortes de Madeiras de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente A Capitania da Bahia". Rio de Janeiro, BN, Ms 512(47, doc. 2) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.*
- *Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia, (sem data, posterior a 1792). Rio de Janeiro: BN, 1 doc. Original 17 f. inim. 5 est. Coloridas. Ms 512 (50) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.*

- *Ofício ao Desembargador dos Reais Cortes sobre a perda dos dois paus destinados a servi de mastros à Fragata 'Princesa Carlota'. Cairu, 1 de outubro de 1790. 2 docs. 3 f. ms 512 (46) (CD-BN). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.*

- *Proposta do inspetor dos Reais Cortes de Madeira Francisco Nunes da Costa, para Melhoria e maiós Lucro no transporte de madeiras. Bahia 19 de outubro de 1789. 2 docs. Originais e cópias, 4f. ms 512 (34, doc. 2) (pastas 06 e 37) (CD-BN) (p. 2). Projeto Resgate-Biblioteca Nacional.*

## Bibliografia

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1988.

ANTUNES, Luís Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 379-420.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil.** Positivo, 2005.

Disponível em:  
[http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos\\_das\\_grandezas\\_do\\_brasil.pdf](http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf). Acesso em: 20/11/2013.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial.** Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014. 536pp.

DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 30, nº 59, p. 193-214 – 2010. PDF.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia. Das letras, 1996

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830).** 2ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** 34ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1998.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII.** Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia.** São Paulo, Companhia Editora Nacional/USP, 1968.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro; FREITAS, A. F. G. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania de Ilhéus, os frutos de ouro e a Princesa do Sul (Ilhéus 1534-1940).** 1. ed. 182: Editus, 2001.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 -1835**. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

TACHOT, Louise Bénat. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH/UFMG, 2002. p. 79-104.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, 1991, p. 198-215.

---

#### SOBRE OS AUTORES

**Madson Mendes dos Santos Mendes** é mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho.

**Kézia Louzada Boa-Sorte Louzada** é mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

---

Recebido em 23/011/2017

Aceito em 03/07/2018